



ISBN: 978-980-7839-02-0



CAMINHOS DA ELABORAÇÃO DOS PCN NO BRASIL: PARECERES DE MATEMÁTICA

PATHS FOR THE ELABORATION OF NCPs IN BRAZIL: MATHEMATICS OPINIONS

Lauro Igor Metz¹
UNIFESP

Diego Rodrigues Silva²
UNIFESP

RESUMO

O texto trata-se de uma pesquisa histórica que tem como objetivo fazer uma reflexão sobre os pareceres produzidos no processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais brasileiros na área de Matemática para os primeiros anos do Ensino Fundamental. A problemática da pesquisa utilizando a pesquisa documental busca descobrir quantos pareceres da área de Matemática foram produzidos e quais suas origens. Justifica-se por favorecer elementos que revelam se todas as regiões brasileiras participaram de forma igualitária na elaboração. A base teórico-metodológica utilizada sustenta-se nas concepções de Hofstetter e Schneuwly (2017), (Valente, 2019) e Bertini, Morais e Valente (2017). Os resultados comprovam que foram limitados a quantidade de pareceres elaborados na área de matemática e que nem todas as regiões do Brasil tiveram uma representatividade significativa em tais elaborações.

Palavras-chave: Matemática. Pareceres. Parâmetros Curriculares.

ABSTRACT

The text is a historical research that aims to reflect on the opinions produced in the process of elaborating the Brazilian National Curriculum Parameters in the area of Mathematics for the first years of Elementary School. The research issue, using documentary research, seeks to discover how many opinions in the area of Mathematics were produced and what their origins are. It is justified by favoring elements that reveal whether all Brazilian regions participated equally in the elaboration. The theoretical-methodological basis used is based on the conceptions of Hofstetter and Schneuwly (2017), (Valente, 2019) and Bertini, Morais and Valente (2017). The results prove that the amount of opinions elaborated in the area of mathematics was limited and that not all regions of Brazil had a significant representation in such elaborations.

Keywords: Math. Opinions. Curriculum Parameters.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professor da Faculdade ESIC - Business & Marketing School, Curitiba, Paraná, Brasil. Endereço para correspondência: Rua São Francisco de Sales, 349, sobrado 09, Alto Boqueirão, Curitiba, Paraná, Brasil, CEP: 81720290. E-mail: lauroigormetz@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor da Rede Pública Estadual de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Dos Policiais, 93, Jardim Guaracy, Guarulhos, São Paulo, CEP: 07262218. E-mail: rodrigues_diego_silva@outlook.com

INTRODUÇÃO

A presente investigação trata-se de uma pesquisa histórica que tem como propósito fazer uma reflexão sobre os pareceres produzidos no processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais brasileiros na área de Matemática para os dois primeiros ciclos escolares que aconteceu entre os anos de 1995 e 1997 envolvendo uma série de profissionais e Instituições. A pesquisa busca descobrir quantos pareceres da área de Matemática foram produzidos e quais são suas origens. Justifica-se por favorecer elementos que revelam se todas as regiões brasileiras participaram de uma forma igualitária na elaboração de um documento que influenciou consideravelmente a organização curricular do ensino de matemática e a formação de professores da área. A investigação integra pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Programa de Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo pelo Grupo de Estudos em História da Educação Matemática do Brasil (GHEMAT) que busca compreender o processo de sistematização dos saberes matemáticos ao longo dos anos. Como estratégia metodológica foi feita a análise documental na versão preliminar do PCN de Matemática de agosto de 1996 e nos pareceres produzidos em relação a primeira versão dos PCN.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórico-metodológica da pesquisa segue as concepções de Hofstetter e Schneuwly (2017) que confirmam a existência de dois saberes distintos que se articulam no processo de formação docente, os saberes a ensinar, relacionados com o campo disciplinar e os saberes para ensinar, vinculados como um ferramental do professor no exercício de sua atividade. Tais saberes são conceituados como saberes objetivados que sustentam a formação docente (Valente, 2019). Solidifica-se também, nos conceitos desenvolvidos por Bertini, Morais e Valente (2017) que, apropriando-se das concepções dos autores supracitados e com o olhar específico na formação do professor que ensina matemática, estabelecem características de uma matemática a ensinar e outra para ensinar relacionadas com a profissionalização docente, a primeira relacionada com o campo disciplinar e a outra relacionada com o saber matemático que faz parte do ofício do professor.

Acreditando que a história é o método de olhar para o passado para compreender a prática pedagógica atual, os encaminhamentos metodológicos estabelecidos na investigação vinculam-se a história cultural já que, cabe a ela "resgatar representações,

construindo uma representação sobre o que já foi representado" (Vieira, 2015, p. 371). Atenta-se nas colocações de Chartier (2002), que exprime que a função do historiador não é profetizar a história, mas buscar compreender os significados e os efeitos das rupturas estabelecidas. A opção pela técnica da pesquisa documental foi por ela permitir passar de elementos descritivos a processos interpretativos investigando a compreensão dos atores dentro do contexto cultural em que a informação é produzida (Chizzotti, 1998) e pela mesma, exigir do pesquisador, uma capacidade reflexiva e criativa para compreender o problema e estabelecer relações entre este e seu contexto (Silva et al., 2009).

A pesquisa histórica permite a descoberta de como foram construídas as concepções de ensino e aprendizagem de matemática e como elas passam a influenciar as práticas pedagógicas do presente (Valente, 2013). Este tipo de pesquisa permite evidenciar a elaboração dos saberes profissionais do professor de Matemática, revelando processos e dinâmicas que caracterizam o saber profissional (Valente, 2020). A pesquisa histórica permite ao historiador dar sentido e significados as evidências percebidas favorecendo um melhor entendimento das práticas realizadas pelos professores no seu cotidiano (Valente, 2009), "os professores tendem a desenvolver uma prática pedagógica de melhor qualidade se mantiverem uma relação histórica com seu passado profissional" (Valente, 2010, p.1). Seguindo tais princípios cabe aqui a tarefa do historiador além de reunir os documentos para responder as suas inquietações saber interrogá-los precisamente, já que os documentos não fazem revelações senão quando sabemos questioná-los.

OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS BRASILEIROS

A década de 1990 foi marcada por uma reestruturação do ensino brasileiro nela houve a instituição do Conselho Nacional de Educação - CNE, pela Lei n. 9.131, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação; foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pela Lei n. 9.394, como garantia ao acesso gratuito à toda a população, valorização dos profissionais da área; a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a escola básica do ensino Fundamental e Médio com a finalidade de orientar professores, secretarias estaduais e municipais na elaboração de propostas curriculares. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trata-se de um documento que compõem referenciais para a renovação e elaboração da proposta

curricular do ensino brasileiro com a função orientar e garantir investimentos e socializar discussões, pesquisas e recomendações (Brasil, 1997).

O PCN destinado para as primeiras séries do ensino fundamental, foco do estudo, é composto por 10 volumes sendo seu terceiro destinado a área da Matemática. O documento foi publicado pela Secretaria de Educação Fundamental no ano de 1997 e distribuído gratuitamente para cada educador brasileiro da rede pública entre os anos de 1997 e 1998. Em relação a sua origem destacamos que sua elaboração foi decorrente de compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien na Tailândia (Brasil, 1997), época em que o Brasil necessitava diminuir o analfabetismo e subir no ranking das avaliações internacionais para receber investimentos internacionais (Guillen, Miguel, 2020; Lessa, 2012).

Em relação ao Parâmetros Curriculares Nacionais dos dois primeiros ciclos escolares sabe-se que houve primeiramente a elaboração de uma versão preliminar a qual foi distribuída a partir de dezembro de 1995 para Instituições, secretarias estaduais e municipais e professores universitários para que eles elaborassem pareceres sobre o material elaborado. Índícios sobre tal fato é identificado tanto no documento introdutório do PCN que afirma que a versão preliminar passou por um processo de discussão entre 1995 e 1996 no qual participaram docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação e instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento, tais discussões geraram em torno de setecentos pareceres sobre a versão inicial que contribuíram para uma nova reelaboração, os pareceres apontam críticas, sugestões e a necessidade de uma política de implantação da proposta (BRASIL, 1997) como, em diferentes investigações científicas como a de Cunha (1996), que esclarece que a versão preliminar datada em dezembro de 1995 foi encaminhada às várias instâncias dos sistemas educacionais e também, a docentes universitários a quem o MEC solicitou parecer, os prazos estabelecidos na época foram julgados inconvenientes por muitos dos universitários e no trabalho de Bonamigo e Martinez (2002) que afirmam que a versão preliminar veio ao público no final do ano de 1995 quando, encaminhada para consulta e avaliação de professores e acadêmicos de diferentes Instituições brasileiras. Nos pareceres elaborados a partir da primeira versão preliminar distribuída encontram-se discussões sobre a real finalidade do documento e a capacidade técnica das pessoas envolvidas em sua elaboração (Metz, 2021).

Após a análise dos pareceres foi elaborada o que chamamos aqui de "segunda versão preliminar" datada em agosto de 1996 a qual foi o objeto da nossa investigação juntamente com os pareceres produzidos referente a primeira.

A SEGUNDA VERSÃO PRELIMINAR DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A versão de agosto de 1996 dos PCN de Matemática revela que a equipe central na elaboração de tais documentos foram as professoras Célia Maria Carolino Pires, Maria Amábile Mansutti e Maria Tereza Perez Soares, as quais receberam assessoria do professor Antonio José Lopes e a consultoria de César Cool e Délia Lerner de Zumino (BRASIL, 1996).

Em relação aos integrantes da equipe central sabe-se que Maria Tereza Perez Soares, matemática e mestre em Educação foi integrante da equipe de coordenadores dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Maria Amábili Mansutti, pedagoga e especialista em Didática da Matemática, foi professora da rede pública e autora dos livros didáticos de Matemática para o Primeiro Grau da época, havia atuado na elaboração de propostas curriculares do IMEP - Instituto de Estudos e Pesquisas e em programas de ensino e Guia Curricular de Matemática na década de 1970 no Brasil (Silva, 2020). A professora Célia Maria Carolino Pires tinha a experiência de ter atuado como docente em Matemática na Educação Básica e como diretora de escola e supervisora de ensino na rede pública do Estado de São Paulo havia também, concluído o Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo no ano de 1995 e recebido o prêmio Jabuti de melhor livro didático no ano de 1994.

O documento revela que a versão foi elaborada após a análise do recebimento de 71 pareceres individuais e de 43 pareceres Institucionais. Da totalidade dos pareceres individuais, 11 são da região sul, 43 da região sudeste, 9 da região nordeste, 6 da região centro-oeste e 2 da região norte.

Em relação aos pareceres Institucionais tem-se dez deles oriundos de delegacias do MEC sendo 3 da região norte, 1 da região sudeste, 2 do centro-oeste, 2 região sul e 2 da região nordeste. Treze oriundos de secretarias estaduais de educação sendo, 8 deles da região nordeste, 2 da região norte, 2 da região sudeste e 1 do sul. Oito de secretarias municipais de educação sendo, 5 da região sudeste ambos do estado do Espírito Santo, 2 da região norte do estado de Roraima e 1 da capital paranaense, região Sul. Em relação as Universidades públicas são oito pareceres, 5 da região sudeste dos estados do Rio de

Janeiro e Minas Gerais, 2 da região Sul ambos do estado de Santa Catarina e 1 da região centro-oeste. Dentre os outros pareceres tem-se o elaborado pela Associação Brasileira de autores de Livros Educativos (Abrale), o da Associação das Escolas Particulares de São Paulo, o da Sociedade Brasileira de Matemática e de uma faculdade de Goiás.

A versão dos PCN elaborada em agosto de 1996 foi submetida a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para avaliação em 10 de setembro de 1996 e aprovada em 12 de março de 1997 conforme descreve o Parecer n. 03/97. A versão esclarece que dos 71 pareceres individuais produzidos por professores 60,56% deles foram elaborados por profissionais da região sudeste do Brasil. Em relação aos pareceres Institucionais que somam-se em 43 documentos, apenas 8 deles, correspondente a 18%, estão vinculados diretamente a universidades públicas federais ou estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira versão preliminar dos PCN circulou de uma maneira restrita, entre dezembro de 1995 até meados de 1996, por secretarias estaduais e municipais de educação, professores universitários e algumas Instituições relacionadas com a Educação com a função de ser o material de base para a elaboração de pareceres sobre uma posterior publicação de tal documento. Em agosto de 1996 elabora-se a segunda versão dos PCN, foco da investigação, a qual foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação conforme comprova-se pelos documentos. No final de 1997 publica-se, então, a versão final do documento que foi distribuída gratuitamente para todos os professores da rede pública que atuavam nos primeiros anos escolares.

A partir das análises realizadas, na versão de agosto de 1996, concluímos que para a área da matemática foram produzidos especificamente 114 pareceres, 71 por profissionais individuais e 43 por Organismos Institucionais e que, uma leitura apressada ao documento introdutório publicado em 1997 pode levar ao entendimento equivocado de tal totalidade. O documento introdutório descreve, "*foram recebidos aproximadamente setecentos pareceres sobre a proposta inicial que serviram de referência para sua elaboração*" (Brasil, 1997, p. 17) mas tal quantidade refere-se a todas as áreas de conhecimento. Considerando também a amplitude regional do Brasil concluímos que foram poucas as Instituições de ensino superior, públicas e privadas, que tiveram a oportunidade de contribuir ou contribuíram com pareceres sobre os PCN de matemática

para as séries iniciais fator que influenciou certamente na qualidade do material elaborado e às críticas feitas sobre o documento final.

Em relação aos pareceres individuais, mais da metade deles foram elaborados pelos especialistas da região sudeste do Brasil comprovando a influência de tal região sobre as outras. Considerando que dos 31,2 milhões de alunos do Ensino Fundamental matriculados no Brasil em 1994, 39% deles concentravam-se na região sudeste e 31% na região nordeste (Brasil, 1997), houve pouca representatividade de profissionais da região nordeste do Brasil a qual apresentava na época o maior contingente de crianças fora da escola com números avançados em relação ao analfabetismo, evasão escolar e repetência.

REFERÊNCIAS

- Bonamino, A., & Martinez, S. A. (2002). Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A participação das instâncias políticas do estado. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, (23)(80), 368-385. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/26357174_Diretrizes_e_Parametros_Curriculares_Nacionais_para_o_ensino_fundamental_a_participacao_das_instancias_politicas_do_Estado
- Brasil (1997), Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, V.1. Brasília: MEC/SEF.
- Parecer nº 3/97, de 12 de março de 1997. (1997) - Os Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Recuperado de https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjMmpGtnbruAhU_DrkGHXi6AmwQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.crmariocovas.sp.gov.br%2Fpdf%2Fdiretrizes_p02760281_c.pdf&usg=AOvVaw0JaxWQ-cJGEZOaJ3G0n13e
- Bertini, L. F., Morais, R. S. & Valente, W. R. (2017). *A matemática a ensinar e a matemática para ensinar: novos estudos para a formação de professores*. São Paulo: Livraria da Física.
- Chartier, R. (2002). *Os Desafios da Escrita*. Trad. de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP.
- Chizzotti, A. (1998). *Pesquisa em ciências humanas e Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Cunha, L. A. (1996). Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental: convívio social e ética. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (99), 60-72. Recuperado de <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/786>
- Guillen, C. H., & Miguel, M. E. B. (2020). A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de

1997 a 2017. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, (101) (259), 567-582. Recuperado de <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3910/3867>

Hofstetter, R., & Schneuwly, B. (2017). Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In R. Hofstetter & W.R. Valente (Org.). *Saberes em (trans) formação: tema central a formação de professores* (pp. 113-172, 1 ed.). São Paulo: Editora da Física.

Costa, D. A. (2010). *A Aritmética Escolar no ensino primário brasileiro: 1890-1946*. (Tese em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1792>

Lessa, P. B. (2012). *Os PCN em materiais didáticos para a formação de professores*. (Tese em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2011>

Metz, L. I. (2021). A temporalidade entre pareceres e a apreciação dos PCN pelo Conselho Nacional de Educação: uma reflexão pertinente. *Anais do XIV Seminário Nacional de História da Matemática* (1-10). Uberaba, MG: Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Recuperado de <https://www.even3.com.br/anais/xivsnhm/>

Silva, L. R. C.; Damaceno, A. D., Martins, M. C. R.; Sobral, K. M.; Farias, I. M. S. (2009). Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In *Anais IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia* (4554-4566). Curitiba/PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Recuperado de https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewiNnO7TsuTyAhVuIbkGHXonBDsQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Feducere.bruc.com.br%2Fcd2009%2Fpdf%2F3124_1712.pdf&usg=AOvVaw1IfBJD_boKdlhBrizkCJU6

Silva, M. C. (2020). Documentos de professores como fontes para uma investigação em história da educação matemática: o arquivo pessoal Maria Amabile Mansutti – APMAM. *Revista de História da Educação Matemática - Histemat*. Guarulhos, (6)(1), 117-129. Recuperado de <https://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/305/245>

Valente, W. R. (2019). Saber objetivado e formação de professores: Reflexões pedagógico-epistemológicas. *Revista História da Educação (online)*, Rio Grande do Sul, (23), 1 - 22. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/77747>

Valente, W. R. (2009). A educação matemática e os estudos históricos comparativos. *Historia de la Educación*, Salamanca-Espanha, (28), 259-272. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160380>

Valente, W. R. (2020). O GHEMAT Brasil e a pesquisa coletiva em história da educação matemática. *Historia y Memoria de la Educación*, Madrid - Espanha, (11), 595-613. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204761>

Valente, W. R. (2013). Oito temas sobre a história da educação matemática. *Revista de Matemática, Ensino e Cultura - REMATEC*, Natal, (8)(12), 22-50. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160384>

Vieira, A. M. D. P. (2015). A história cultural e as fontes de pesquisa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas (SP), (15)(61), 367–378. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533/8092>